

## **PATRIMÔNIO URBANO ENTRE POLÍTICAS DE REVITALIZAÇÃO E GENTRIFICAÇÃO: O MUSEU DE ARTES E OFÍCIOS (BH-MG)**

### **URBAN HERITAGE BETWEEN REFURBISHING POLICIES AND GENTRIFICATION: THE ARTS AND CRAFTS MUSEUM (BH- MG)**

Aline Damasceno Santana\*

Luiz Henrique Assis Garcia\*\*

#### **Resumo**

O presente artigo busca discutir a relação entre o patrimônio urbano e as políticas de revitalização e gentrificação implementadas na Praça da Estação, focalizando na reforma do edifício da Estação Central que abrigaria o Museu de Artes e Ofícios. A partir da análise da documentação oficial e de jornais impressos, em sua maioria levantados no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e no arquivo do Museu Histórico Abílio Barreto, pôde-se perceber os diferentes discursos e conflitos que se deram em torno da instalação e funcionamento do Museu de Artes e Ofícios e de sua relação com o entorno, o que acabou por permear os usos e as apropriações dos espaços públicos no centro da cidade, indicando o apagamento de memórias socialmente relevantes e diferentes formas de exclusão. Por meio dos resultados obtidos em uma pesquisa de campo, propõe-se ações

---

\* Mestranda na linha de Ciência e Cultura na História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Museologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017). Endereço eletrônico: likabarbie@hotmail.com.

\*\* Graduado, Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado do curso de Museologia e do PPGCI na ECI-UFMG. Endereço eletrônico: lhag@ufmg.br. A pesquisa recebeu auxílio financeiro do CNPq e bolsa IC PROBIC/FAPEMIG.

que promovam a interlocução entre as instituições culturais e os cidadãos que usufruem cotidianamente da Praça, tornando-as mais democráticas.

**Palavras-chaves:** Museu de Artes e Ofícios. Gentrificação. Revitalização.

### **Abstract**

This article intends to discuss the refurbishing policies and gentrification implemented at Station Square [Praça da Estação], focusing on the refurbishment of Central Building, aiming to house the Arts and Crafts Museum. Based on the analysis of official documentation and printed newspapers mostly surveyed at the City Public Archive of Belo Horizonte and at the archive of the Museum Historical Abílio Barreto, it was possible to perceive the different discourses and conflicts on the Arts and Crafts Museum's creation and functioning, and its relation to surroundings, which eventually permeated the uses and appropriations of downtown public spaces, indicating the deletion of socially relevant memories and different forms of exclusion. By means of the results obtained in a field research, we propose actions that could promote the interlocution between the cultural institutions and the citizens that daily enjoy the square, making the institutions more democratic.

**Key-words:** Arts and Crafts Museum. Gentrification. Revitalization.

### **Introdução**

Este artigo tem como foco o exame das transformações do uso do edifício da Estação Central da antiga Ferrovia Central do Brasil, construção emblemática e monumental, que, sob a égide das políticas de patrimônio em diferentes esferas (municipal e estadual), concorreram para promover novos usos culturais aos edifícios desocupados no Conjunto Urbano da Praça Rui Barbosa e Adjacências, no hipercentro da

cidade de Belo Horizonte. O edifício passou a abrigar em 2005 o Museu de Artes e Ofícios (MAO), fruto de uma parceria entre o poder público (envolvendo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos) e o privado (Instituto Cultural Flávio Gutierrez), na qual posteriormente suas coleções foram doadas à União e tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Buscando compreender as transformações, os conflitos e os discursos que permearam o processo de requalificação do espaço físico da praça e de instalação do museu, nos debruçamos na análise da documentação oficial referente à Praça da Estação consultada junto aos órgãos responsáveis<sup>20</sup>, e de jornais impressos levantados no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) durante os meses de abril a agosto de 2015<sup>21</sup>. A partir da sistematização e organização dos recortes de jornais, pudemos perceber as diferentes operações e enunciados em torno do “enobrecimento”<sup>22</sup> e higienização<sup>23</sup> da Praça da Estação, falas e

---

<sup>20</sup> No ano de 2014, por meio de recursos provenientes do CNPQ, foi realizado um levantamento dos dossiês de tombamento e de pareceres técnicos na Diretoria de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Belo Horizonte (DIPC) e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - MG (IEPHA/MG).

<sup>21</sup> Foram reunidos recortes de jornais selecionados pelo Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e o Arquivo Público da Cidade (APCBH), que circularam na década de noventa até o ano de 2015. A documentação jornalística coletada versa sobre a Praça da Estação, Movimentos Sociais que se deram no entorno da praça e sobre o Museu de Artes e Ofícios. As principais fontes foram o Jornal Estado de Minas, Jornal O Tempo e Jornal Hoje em Dia.

<sup>22</sup> Reconhecendo as controvérsias em torno da tradução da expressão *gentrification*, adotaremos as formas gentrificação e enobrecimento como sinônimas. Rogério Proença Leite (2004) conceitua gentrificação como um termo “utilizado para designar a transformação dos significados de uma localidade histórica em um segmento do mercado, considerando a apropriação cultural do espaço a partir dos fluxos de capitais” (LEITE, 2004, p. 19 e 20), adequando-o às práticas de consumo das classes média e alta, e supostamente resgatando a sua antiga “glória”, “beleza”, e, como no caso do Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências, à sua posição de centralidade na cidade de Belo Horizonte.

<sup>23</sup> Leite (2004) argumenta que o processo de higienização urbana envolve a retirada de pessoas consideradas degradadoras do espaço, como por exemplo moradores em situação de rua e vendedores ambulantes, em prol de uma homogeneização dos usos e das pessoas que frequentarão o espaço a ser revitalizado.

ações que se contrapõem com aquelas que podemos perceber no cotidiano da praça, obtidas por meio dos registros das entrevistas e também em observações que realizamos na pesquisa de campo entre setembro e dezembro do mesmo ano. Podemos perceber, portanto, diferentes visões antagônicas em torno da construção a partir da década de oitenta da Praça da Estação enquanto um patrimônio urbano tombado.

Antônio Arantes (2006) entende que patrimônio, em sua acepção geral, é uma “construção social e, assim sendo, torna-se necessário considerá-lo no contexto das práticas sociais que o geram e lhe conferem sentido” (ARANTES, 2006, p. 426). Assim, trata-se de uma construção marcada por tensões, disputas e negociações entre diferentes grupos sociais, pela comunidade de técnicos e pelo poder público em torno dos significados e sentidos da preservação de um determinado bem e de seus usos. Antônio Arantes (2006) retoma discussões que Ulpiano B. de Menezes vem fazendo desde os anos 1980 para caracterizar o que ele denomina como patrimônio ambiental urbano: sua condição de artefato; campo de forças sociais e agregado de representações simbólicas. Desse modo, ao associar

a noção de ambiente à de patrimônio urbano, ela induz a reflexão e a prática patrimonial a se abrirem para os valores pelos quais os habitantes das cidades reconhecem nelas, mais do que um simples pano de fundo, um cenário morto em relação ao qual suas vidas seriam indiferentes (ARANTES, 2006, p. 430).

O conceito de patrimônio urbano está portanto, entrelaçada aos sentidos que são conferidos pelos habitantes da cidade, pois um bem patrimonial se constitui por meio da tessitura de vozes, valores e significados que estão em disputa dentro das políticas de patrimônio, que elegem os significados simbólicos e aquilo que constitui um bem a ser salvaguardado. Tal argumentação sobre o patrimônio urbano é fértil para pensarmos as diferentes visões e valores em disputa no que diz respeito ao processo de transformação do edifício da Estação Central no Museu de Artes e Ofícios, uma vez que o discurso

pautado pelas políticas de gentrificação acabou por sobrepor determinados usos anteriores do edifício, como será analisado posteriormente.

Segundo informações disponibilizadas no dossiê do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG), o “Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa” é compreendido pela própria Praça Rui Barbosa, pela Praça da Estação, pelos seus jardins (paisagismo) e esculturas, pelo seu perímetro urbano (abarcando os Viadutos Santa Tereza e Floresta, e os antigos Dormitórios e Armazéns da Estação) e também os seguintes edifícios: prédio da Estação Central, antiga Estação Ferroviária Oeste de Minas; Casa do Conde de Santa Marinha; edifício Chagas Dória, atual Serraria Souza Pinto; Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o antigo Instituto de Química; e o Pavilhão Mário Werneck (IEPHA, 2014, p. 255). Tal “conjunto paisagístico e arquitetônico” foi tombado em nível estadual pelo IEPHA, por meio do decreto nº 27.927 de 15 de março de 1983 e em nível municipal pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, sob o nome de “Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências” sob o número 010304569655, lei municipal de nº 4034 de 25 de março de 1985.

Sob âmbito da lei municipal de tombamento, um total de 32 equipamentos urbanos situados no perímetro da Praça se encontram inseridos nesse processo, na qual, onze foram preservados integralmente, dois deles considerados de interesse cultural e o restante foi tombado parcialmente, ou seja, pela sua volumetria ou por sua fachada. Dentre os elementos paisagísticos e artísticos foram tombados o “Monumento à Terra Mineira”, as esculturas “As hermas do lago” e “As leas”, bem como os postes de iluminação e balaustres. Adotou-se também uma legislação de ocupação do solo para as áreas internas do conjunto tombado, restringindo o uso dos dois quarteirões paralelos ao Viaduto Santa Tereza (PLAMBEL, 1981). Tendo sua importância atestada pelos mecanismos oficiais de preservação pelo seu valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural, delineamos adiante um breve histórico da praça, perpassando as suas

---

REAPCBH – Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, v. 5, n. 5, dezembro de 2018- ISSN: 2357-8513

transformações, os projetos de revitalização e reutilização do local, tomando como foco o Edifício da Estação Central, prédio apresentado como um dos fios condutores das propostas de requalificação da Praça da Estação. Tais transfigurações na “Praça” atravessaram diferentes debates políticos, econômicos, sociais e culturais em torno das políticas de preservação do patrimônio que permearam desde a data de seu tombamento a nível estadual até o ano de 2016, quando se encerrou as pesquisas desenvolvidas sobre a localidade.

Em seguida, examinamos a proposta de instalação do museu na Praça da Estação, que como mostraremos, não esteve isenta de disputas e críticas por parte de diferentes segmentos sociais. Ela esteve imbricada em ações e políticas de requalificação urbana, gentrificação e higienização, operações que acabam por reconfigurar e conferir novos sentidos ao espaço, não sem desencadear os conflitos que serão analisados aqui posteriormente. As propostas de revitalização da Praça embasaram-se, portanto, em argumentos de deterioração do ambiente urbano, invariavelmente apresentando os habitantes em condições sociais mais frágeis, como a população em situação de rua, os “pivetes” e os vendedores ambulantes como sujeitos ativos na degradação e destruição do patrimônio presente na Praça. O novo uso proposto para o prédio também era justificado pela urgência assumida pelos elaboradores de políticas do campo da cultura em se preservar e resgatar a memória sobre o local, tomada como ameaçada pelo esquecimento, diante das diferentes descaracterizações ocorridas ao longo do tempo, o que incluiu a demolição total ou parcial de edifícios e de elementos que compõem a arquitetura dos prédios. Buscamos evidenciar como as transformações, a preservação e a utilização dos edifícios e dos espaços pertencentes ao Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências, decorreram de uma visão antagônica de diferentes grupos, bem como assinalar o modo como as medidas de revitalização do local resultaram no apagamento de determinados usos dos edifícios que compõem o Conjunto Urbano e

também na segregação de determinados segmentos sociais que utilizam cotidianamente o local.

Buscamos finalmente concluir conjecturando algumas proposições de interlocução do Museu de Artes e Ofícios com o seu entorno e com aqueles que habitam, vivenciam e se locomovem na Praça da Estação, estabelecendo um diálogo e uma apropriação mais democrática do museu, tendo-se em vista a função social das instituições museais.

### **Histórico de um Conjunto Urbano: projetos de revitalização e usos do espaço público**

Popularmente conhecida pelos moradores da cidade de Belo Horizonte como Praça da Estação, a área que a circunscreve teve sua denominação alterada em 1914 para o nome Praça Cristiano Ottoni, em homenagem às contribuições do político para a implementação do setor ferroviário em Minas Gerais, que interligava a recém-criada capital mineira a outras regiões do estado. Em 1923, a praça foi renomeada Praça Rui Barbosa, nome que perdura até os dias atuais. Tal conjunto urbano apresenta caráter exemplar e é considerado um dos locais remanescentes dos processos de consolidação da nova capital mineira (IEPHA, 2014), o que justificou a sua tutela, preservação e tombamento em nível municipal e estadual.

O Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências teve como marco de fundação a implantação do ramal da linha férrea “Estrada de Ferro Central do Brasil”, que seria responsável pelo abastecimento da cidade e pelo escoamento de produtos nas Minas Gerais, interligando Belo Horizonte ao município de Sabará. Os primeiros edifícios que começaram a ser erguidos no perímetro foram os galpões em estilo

neoclássico localizados na Av. do Contorno nº 1165, idealizado por Antônio Teixeira Rodrigues, o Conde de Santa Marinha, funcionando inicialmente como sua oficina. E também o edifício localizado na Rua Januária nº 130, que abrigou a residência de dois pavimentos do Conde de Santa Marinha (PLAMBEL, 1981).

Em maio de 1895, Aarão Reis começou a esboçar o projeto arquitetônico que deveria abrigar a Estação Central Minas próximo ao Ribeirão Arrudas, fornecendo suas principais características:

Quanto a Estação Central (Minas) que terá de ser levantada como pórtico, na nova capital, procurei dar-lhe não a suntuosidade descabidas nem mesmo o luxo artístico dispensável, mas toda a elegância, todo o conforto e todas as comodidades, cujas faltas seriam imperdoáveis na Estação Central de uma cidade do século XX (REIS, 1895, apud PLAMBEL, 1981, p. 76).

Tal projeto começou a ser executado pelo arquiteto José Magalhães com a participação dos desenhistas e arquitetos Edgard Nascimento Coelho e Edgard Verdussen, na qual sua arquitetura apresentava elementos ecléticos. Posteriormente, o primeiro relógio público da cidade foi instalado no local (MIRANDA, 2007). Contudo, em 1920 o prédio que abrigava a Estação Central (Minas) foi demolido, pois o edifício primitivo não possuía as proporções, as arcadas e colunas que lhe confeririam a elegância e leveza arquitetônica. No mesmo ano da demolição do prédio da Estação Central, construiu-se a Estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas na Rua Sapucaí.

A instalação da pedra fundamental de uma nova edificação para a Estação Central foi colocada no mesmo ano da demolição do edifício ali existente, e começou a ser planejada e arquitetada por Luiz Olivieri - arquiteto italiano que participou da Comissão Construtora da Nova Capital. Inaugurado em novembro de 1922, o novo edifício apresenta inspirações neoclássicas e proporções exatas, seguindo o esboço proposto por Aarão Reis (PLAMBEL, 1981), sendo denominada de Estação Central do Brasil. Em 1930, inaugurou-se o *Monumento à Terra Mineira* do escultor Giulio Starace



(IEPHA, 2014) - símbolo do desbravamento dos bandeirantes no território mineiro e da conquista dos mártires da liberdade em Minas Gerais, destacando-se os personagens envolvidos na Revolta de Vila Rica em 1720 (Felipe dos Santos) e na Inconfidência Mineira (Tiradentes).

O primeiro projeto paisagístico e de arborização da Praça da Estação/Praça Rui Barbosa foi iniciado em 1904 e concluído dois anos depois, abrigando também um coreto (MIRANDA, 2007). Em 1924, realizou-se um novo projeto de reforma paisagística na Praça,

elaborado pelo arquiteto Magno de Carvalho; [com a] construção de canteiros ajardinados, dois lagos, dois caramanchões, escadas, sarjetas e arruamentos; instalação de quatro esculturas representativas das estações do ano, além de dois tigres e dois leões; calçamento dos passeios ao redor dos jardins em mosaico português (MIRANDA, 2007, p. 59).

O novo projeto paisagístico seguiu os moldes dos jardins franceses, inspirados em Versalhes, no qual se contemplou traçados geométricos e a construção de alamedas com cercas vivas. Segundo Suzy de Mello (1981), no ano de 1931, há notícias de que a Praça da Estação/Praça Rui Barbosa abrigava cerca de 250 espécies de roseiras, que já não se encontram mais presentes na atual configuração paisagística da Praça. No ano de 1936 foi inaugurada a “Fonte Luminosa da Independência” (PLAMBEL, 1981), que brotavam do piso sem a formação de lagos, tornando-se uma atração para os cidadãos de Belo Horizonte. Ressaltamos que no ano de 1935 foi inaugurado o Viaduto Santa Tereza e em 1938 o Viaduto Floresta, elementos tombados pelos órgãos de patrimônio tanto na esfera municipal quanto estadual.

Chama atenção durante o processo de desenvolvimento acelerado do transporte público rodoviário na década de 1960 e 1970, a transformação do edifício onde se situa atualmente a Serraria Souza Pinto em um estacionamento de automóveis, funcionando

como estacionamento até a década de noventa. Já o funcionamento de um grande estacionamento de automóveis em frente ao edifício da Estação Central perdurou até meados dos anos 2000, quando começou a ser implementado, por meio da parceria público-privada, o projeto de ampliação da Praça da Estação, “resgatando” a sua área original através da cobertura do córrego do ribeirão Arrudas - projeto denominado de Boulevard Arrudas.

A execução das obras no espaço físico do Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências esteve respaldada pelas concepções formuladas pelas comunidades de técnicos dos diferentes órgãos públicos e de uma elite local que a entendiam enquanto uma região “degradada” e “abandonada”. Assoma-se a isso o entendimento por parte do poder público de que as populações que utilizavam cotidianamente a Praça eram os principais agentes degradantes do local, pelos usos e contra-usos (LEITE, 2004) que se davam nesse espaço, sendo necessário, portanto, adotar estratégias de higienização social na praça a ser revitalizada.

Portanto, realizou-se a construção de uma nova esplanada localizada à frente do Edifício da Estação Central do Brasil, para a realização de eventos e manifestações, o que acabaria por eliminar de vez o estacionamento do local. Podemos aventar a hipótese de que esta obra também intentou deslocar o cenário dos movimentos reivindicativos que tendiam a acontecer na frente da sede da Prefeitura que se localiza na Av. Afonso Pena, pois como argumentou o então secretário de Política Urbana e Ambiental, Murilo Valadares “a cidade não tem onde concentrar esses eventos, por isso queremos incentivar a realização de encontros e protestos lá [...] lembrando que o Espaço da Praça Sete é restrito a pequenas concentrações de pessoas” (ODILLA, 1997, p. 24).

O desejo de se criar um “Palco oficial de Protesto” na Praça da Estação - vontade que não é recente ao projeto de requalificação da região nos anos noventa - gerou críticas por parte dos movimentos sindicalistas, onde eles argumentaram que o local não promoveria a pressão necessária aos gestores públicos municipais (ODILLA, 1997). A

despeito disso podemos constatar que quando a pauta é eminentemente municipal os movimentos reivindicatórios ainda ocorrem em frente à sede da Prefeitura, como vimos recentemente na greve dos professores da rede infantil de Belo Horizonte. Uma análise bastante aguda de como as políticas de revitalização são usadas para criar espaços delimitados e controlados em que ocorram manifestações públicas e reuniões massivas é proposta por Leite (2004) para o Marco Zero em Recife, que não por acaso foi redesenhado com uma esplanada desprovida de sombra.

Nesta reforma feita na Praça da Estação foram instalados novos pisos, com pavimentação em concreto vermelho, nova iluminação e fontes luminosas (IEPHA, 2014). O projeto de requalificação do espaço físico da Praça - dos anos 2000 a 2012 - imprimiu alguns dos traços que configuram atualmente o conjunto urbano, apesar de que atualmente (2018) os jardins e fontes se encontram degradados por falta de manutenção por parte do poder público.

Felipe Hoffman (2014) afirma que o projeto de requalificação urbana que se deu na Praça da Estação foi corroborado e fomentado pela execução do restauro do edifício da Estação Central que iria abrigar o Museu de Artes e Ofícios. A execução da revitalização da região perpassou o diálogo do poder público com o capital privado, envolvendo uma série de estratégias pautadas na tentativa de se retomar o papel hegemônico dessa região na cidade de Belo Horizonte. Parafraseando José Reginaldo Santos Gonçalves (1996), Elena Rivero (2015) aponta para uma “retórica da perda” nos discursos oficiais em torno do conjunto urbano da Praça e do edifício da Estação Central. Segundo a autora, a revitalização passa pelo desejo em se resgatar a Praça enquanto um cartão postal da cidade, adquirindo novamente uma posição de centralidade por meio do mercado turístico (RIVERO, 2015). Felipe Hoffman (2014) endossa que, juntamente com a revitalização da região, os discursos oficiais entendiam que o estabelecimento do Museu de Artes e Ofícios na praça permitiria potencializar o fluxo de pessoas (consumidores de

cultura) no local, elevando o “prestígio” da Praça da Estação na cidade e no mercado do patrimônio (HOFFMAN, 2014).

Ressaltamos que com o desenvolvimento do sistema de transporte público, com a instalação de pontos de ônibus no entorno do local e com a implantação da Estação de Metrô - fruto de uma parceria entre a Prefeitura e a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) -, a Praça da Estação ganhou novos significados que se constroem no cotidiano, tornando-se um espaço central de deslocamento para outras regiões de Belo Horizonte e para as cidades metropolitanas.

Tendo em vista as ações de preservação do patrimônio pertencente ao Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências, principalmente voltadas à salvaguarda de exemplares arquitetônicos, as políticas patrimoniais adotadas pelos órgãos de preservação, para além de realizar a requalificação do espaço físico da Praça e a revitalização dos edifícios adjacentes, buscaram dar novos usos culturais para os prédios que se encontravam sem um uso oficial. Após o estabelecimento de algumas instituições culturais no perímetro da Praça da Estação, houve uma tentativa de se constituir um Corredor Cultural nos moldes do Circuito Cultural da Praça da Liberdade (DUMONT, 2014). O projeto de se consolidar um Corredor Cultural se deu a partir de

um levantamento preliminar da fundação [Fundação Municipal de Cultura] identificou mais de 20 equipamentos e instituições ligadas à área [da cultura]. Inicialmente, o corredor vai abranger desde a Avenida dos Andradas, na altura da Rua Varginha, no Bairro Floresta, até as proximidades do Parque Municipal, além da Rua Sapucaí. [...] Ele adianta que haverá intervenções na Rua Aarão Reis e Rua Sapucaí, com vocação gastronômica. [...] O túnel que leva à Sapucaí situada atrás da estação ferroviária, será transformado numa galeria de arte, ligando a praça até a rua que será transformada em mirante (AYER, 2013).

Tal projeto idealizado pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte (FMC) juntamente com o Museu de Artes e Ofícios, que utilizaria para a sua realização

as verbas provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ficou somente no papel, não se concretizando enquanto um “Corredor Cultural” oficial. Elena Rivero (2015) coloca que, apesar de buscar reforçar a praça enquanto um polo de práticas culturais - a partir do estabelecimento de instituições de cultura no seu entorno - a cultura que se produz cotidianamente no local não obtém, na maioria das vezes, reconhecimento oficial, principalmente as atividades consideradas como “marginais”. Na contramão dessa tentativa de estabelecer o crivo oficial, pode-se pontuar que outras práticas pulsam no seu entorno, seja por meio das instituições promotoras de ações culturais levantadas pela FMC, seja pelos usos e contra-usos cotidianos e populares que conferiram ao local novos significados. O *Duelo de MCs*, que acontece debaixo do Viaduto Santa Tereza, somente há pouco tempo vem sendo reconhecido no plano oficial como forma legítima de se usar o espaço, após muitos conflitos. Também podemos citar os vendedores de artesanato que comercializam e fabricam seus produtos no local, bem como os encontros de skatistas que utilizam a esplanada da Praça da Estação como sua “pista”. Este grupo acabou contemplado com uma pista de skate inaugurada em 2017 debaixo do Viaduto Santa Tereza, após críticas, manifestações e ocupações pela demora na execução do projeto, iniciado em 2014 e programado para ser executado em dez meses (COSTA, 2017).

O Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências desde os seus primeiros projetos até a sua configuração atual, passou, portanto, por diferentes transformações no âmbito urbanístico, arquitetônico, paisagístico e funcional, o que impossibilita abordar toda a sua complexidade no nosso artigo. Feita essa contextualização, prosseguiremos com a análise detida sobre o Museu de Artes e Ofícios, tomando como base as discussões acerca das políticas de patrimônio, gentrificação e higienização do espaço urbano. Buscamos analisar algumas disputas em torno da apropriação do edifício e da instituição, e em seguida pensar em possibilidades de interlocução que podem ser estabelecidas entre o Museu de Artes e Ofícios, as pessoas que habitam a praça e as instituições culturais do

seu entorno, tendo em vista que o museu pouco dialoga com as práticas culturais que o cercam.

### **Museu de Artes e Ofícios: entre disputas, políticas de higienização e gentrificação**

A criação do Museu de Artes e Ofícios no edifício da Estação Central, projeto idealizado pela então presidente do Instituto Flávio Gutierrez (IFG), em parceria com o poder público, inseriu-se dentro da lógica da política de patrimônio que visava a utilização dos edifícios tombados que se encontravam “desocupados” na cidade de Belo Horizonte, por meio da sua revitalização e sua destinação a usos de matrizes culturais e educativas, política essa que se estendeu a outros imóveis na cidade e no entorno da Praça. Entrelaçasse ao discurso oficial que entendia a Praça da Estação enquanto um espaço degradado, marginalizado e em processo de esquecimento e apagamento, em que sua revitalização é apresentada como a única solução para se reverter tal processo. Segundo depoimento do arquiteto do Instituto Brasileiro de Arquitetura (IAB), Reinaldo Machado (apud RIVERO, 2015), a preservação de um bem patrimonial não se encerra somente no seu tombamento, mas também nos usos que lhe são conferidos. Propriedade da Central Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), o edifício da Estação Central passou por diferentes usos, principalmente a partir da desativação dos trens que levavam passageiros e cargas à capital mineira. As obras para instalação do Museu de Artes e Ofícios começaram no ano 2000 e no ano seguinte deu-se a assinatura do termo em que a CBTU cedeu, em regime de comodato, o edifício para a instalação do museu, inaugurado em 2005.

A ideia de revitalização e requalificação de uma região está atrelada à proposta de se realizar um enobrecimento do espaço urbano, conferindo novos sentidos e significados ao patrimônio. As políticas de gentrificação operam, portanto, a partir das lógicas do capital privado, nas quais o patrimônio torna-se uma mercadoria a ser

consumida por um mercado de turismo (LEITE, 2004). Consideramos que o Museu de Artes e Ofícios é um exemplar e um cartão postal das propostas de gentrificação, como pode-se observar nos meios de comunicação. Felipe Hoffman (2014) coloca que a revitalização da Praça da Estação provocou ações de gentrificação no âmbito do consumo e da frequência, não intervindo no padrão residencial do local. Entrelaçada às políticas de gentrificação, se encontram as operações voltadas para a higienização do espaço urbano. Sabe-se que a Praça da Estação é frequentada cotidianamente por transeuntes em espera de transporte público ou outros compromissos, moradores em situação de rua e outros grupos sociais que usam e habitam a praça. Elena Rivero (2015) defende que apesar da pluralidade que se faz evidente no local, as políticas públicas adotaram uma série de medidas para expulsar os cidadãos considerados indesejados, sendo a eles atribuídas as ações de vandalismo, depredação e sujeira do local. A visão de que é necessário retirar essas pessoas é reforçada na imprensa, como já demonstramos em estudo anterior envolvendo jornais (SANTANA, GARCIA, 2015), revelando o desejo das políticas urbanísticas e patrimoniais de se apagar os usos cotidianos que se dão na Praça, em prol de um passado saudosista.

Apontamos anteriormente (GARCIA, RODRIGUES, 2016) como no próprio estudo encomendado pela então Diretoria de Patrimônio Cultural do município, ainda na década de 1990, indicava a vitalidade de usos coletivos, comerciais, de serviços e industriais na região da praça, incluindo grande número de manifestações culturais e até um bar localizado no prédio da Estação Central. Na mesma direção, Elena Rivero (2015), entrevistando um dos fundadores da Associação Mineira de Ferromodelismo (AFM) - que funcionou no local desde 1982 até o início das obras para se implementar o Museu de Artes e Ofícios -, evidência uma contraposição ao discurso que colocava que não existia nenhum uso no local, demonstrando como o poder público, juntamente com o capital privado, promoveu um esvaziamento e apagamento da memória do local, celebrando somente a sua função enquanto Estação Ferroviária que teve seu auge nas

---

REAPCBH – Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, v. 5, n. 5, dezembro de 2018- ISSN: 2357-8513

primeiras décadas da capital (RIVERO, 2015). Apesar do privilégio dado à função inicial do edifício pelos discursos oficiais, percebe-se um apagamento dessa atividade dentro das exposições do museu, onde a instituição pouco dialoga com as funções anteriores do edifício e com o seu entorno. Como já salientamos:

Os ofícios lá retratados hoje não remetem ao ofício dos trabalhadores que ocupavam aquele espaço de trabalho, são ofícios que se reportam a uma forma de existência muito mais interiorana do que a da capital que se desejava moderna. Os funcionários da Central do Brasil e da Oeste de Minas, maquinistas, foguistas, vendedores de passagens, não tem lugar naquela coleção. Na realidade, o Museu não dialoga com a cidade de Belo Horizonte. Encontram-se aí profissões de tempos que a cidade civilizada e moderna não desejava, épocas e ofícios também importantes de serem retratados, talvez não neste espaço e não da forma como o são. (...) Se a instituição alega que ‘a proposta museológica adotada por Célia Corsino permite ao visitante uma ampla reflexão sobre a história e as relações sociais do trabalho no Brasil’, o que uma visita mostra em geral é um apagamento das mesmas, pois quase nada evidencia conflitos, desigualdades ou assimetrias sempre presentes nesse tipo de relação (GARCIA, RODRIGUES, 2016, p. 246).

Esse mesmo questionamento pode ser direcionado à expografia, de modo geral, pois o projeto de autoria do francês Pierre Catel, “(...) no limite, só integra essa história de forma espetacularizada ao promover uma integração visual através de painéis de vidro entre as plataformas do metrô e o interior do prédio (GARCIA, RODRIGUES, 2016, p. 247).

Podemos pensar tal movimento enquanto uma disputa por qual memória a ser cultuada e valorizada, na qual a memória selecionada e reproduzida pelo Museu de Artes e Ofícios é compartilhada pelos meios de comunicação. Milene Migliano Gonzaga (2009), ao buscar construir um mapa de sentidos comunicativos na cidade de Belo Horizonte, nos permite compreender também outras disputas em torno dos usos do edifício da Estação Central. Analisando as formas de diálogo adotadas por determinados grupos - entendidas como práticas marginais por parte do poder público -, a autora pontua



que uma das primeiras situações comunicativas que pôde observar em torno da utilização do edifício como um museu, se deu por meio da frase “Quando fica pronto este museu?”, registrada nos tapumes que fechavam a escadaria que dava acesso à Rua Sapucaí. Um dos trabalhadores em resposta à crítica, apenas colocou que “não é da sua conta”, sendo criticado posteriormente com uma terceira e quarta inscrição: “é sim de nossa conta” e “o povo que sabe seus cu de cabra” (GONZAGA, 2009, p. 69).

Sabe-se que a implementação do Museu de Artes e Ofícios se deu por meio de recursos públicos obtidos pelas leis de incentivo fiscal, embora a instituição seja gerida por ente privado. Diga-se de passagem, é sintomático e discutível que, nesse tipo de apoio, os agentes privados costumam tomar grande destaque e minimizar a relevância dos parceiros públicos, como observamos anteriormente justamente pelo exame da comunicação institucional do Museu de Artes e Ofícios (GARCIA, RODRIGUES, 2016, p. 246). Apesar do discurso institucional pontuar que a construção do museu se deu por vias democráticas, com a participação de diferentes segmentos sociais, as discussões se restringiram a uma comunidade de técnicos. Percebe-se por meio dessas frases uma disputa em torno do uso deste edifício onde,

esta primeira situação comunicativa observada e registrada inicia o uso do tapume da escadaria da Praça da Estação como um espaço de comunicação de diálogos públicos, pois reivindica conhecimento sobre este espaço que era público e a partir do início da reforma teve seu status modificado, se conformando como um espaço restrito a poucas pessoas (GONZAGA, 2009, p. 69).

Outra comunicação significativa pontuada por Gonzaga se dá por meio do seguinte registro “Exigimos prestação de contas deste museu!”, que foi rapidamente apagada pelos operários que trabalhavam na revitalização do edifício e na instalação do museu. A pichação no tapume apresenta também uma crítica contundente aos gastos de verbas públicas utilizadas na obra, o que nos permite reforçar o questionamento se de fato

o museu é um espaço democrático e aberto a toda população (GONZAGA, 2009). Somado a isso, sabe-se que o desejo de se constituir um museu parte de uma vontade individual de uma grande empresária, que a partir do acervo que remete ao trabalho realizado nos séculos XVII, XVIII e XIX, com peças colecionadas pela própria e por seus familiares, decide criar uma instituição museológica que dê visibilidade e prestígio às suas coleções (RIVERO, 2015).

Podemos nos questionar para quem de fato se criou o museu, tendo-se em vista os recursos públicos utilizados para sua implementação e na transformação de um espaço, antes considerado público, em privado. Ressaltando também que, na maioria das vezes, o museu só oferece gratuidade uma única vez na semana. Além dessa barreira material mais evidente, a desarticulação entre o Museu de Artes e Ofícios e seu entorno transparece, como pudemos constatar numa visita ocorrida justo num Primeiro de Maio, em que coincidentemente ocorria uma atividade do movimento Praia da Estação e o trânsito dos participantes entre o interior do museu e a praça praticamente não ocorreu:

enquanto o MAO é evitado por ser reconhecido de alguma forma pelos ocupantes da Praia, ou por frequentadores costumeiros da praça como espaço “enobrecido” e excluyente, ocorrem no entorno do prédio outras formas de apropriação que se assentam em sua dimensão pública e percebem sua historicidade como espaço de sociabilidade e manifestação da diversidade (GARCIA, RODRIGUES, 2016, p. 247).

Percebemos, portanto, a existência de disputas em torno da utilização da Praça da Estação e do seu edifício da Estação Central, na qual de um lado se situa as comunidades de técnicos, os gestores públicos e o capital privado, que tinham como intuito implementar o museu buscando a revitalização da região - operações que tiveram como base as políticas de higienização e enobrecimento do espaço urbano -, e, de outro, os cidadãos que habitam, utilizam e vivenciam cotidianamente a Praça da Estação,

entendendo-a enquanto um espaço público a ser usufruído por diferentes grupos na cidade.

### **Considerações finais: uma proposta de ação**

Em uma pesquisa de campo realizada em 2015, indagamos se quem frequenta a Praça da Estação, seja para descansar, encontrar alguém ou esperar o seu meio de transporte, de fato conhecia o museu. Por meio de algumas entrevistas realizadas com os transeuntes no local constatamos um certo desconhecimento sobre o Museu de Artes e Ofícios por parte da população entrevistada. Isso não se restringe somente ao Museu de Artes e Ofícios, mas também ao Centro Cultural da UFMG, Centro de Referência à Juventude e ao Cine Cento e Quatro, lugares oficiais de cultura. O desconhecimento por parte de diferentes entrevistados é um dado relevante, na medida em que o Museu de Artes e Ofícios apresenta uma certa presença na mídia local e é um dos cartões postais do discurso turístico mobilizado pela Prefeitura de Belo Horizonte e pelo Estado de Minas Gerais.

Chama atenção uma entrevista em que um dos participantes alegou ter trabalhado na Ferrovia Central do Brasil e que por muitas vezes quando trabalhador sentiu vontade de entrar no edifício, que à época era restrito aos passageiros e a um determinado grupo de empregados. Desconhecendo a atual ocupação do edifício, o participante demonstrou surpresa em saber que ali funcionava um museu e que ele poderia adentrar ao edifício gratuitamente uma vez na semana. A fala desse participante, nos permite apontar para uma possível ausência de uma ressonância entre o investimento de recursos públicos e o acesso por parte da população.

Pôde-se elencar, por meio das entrevistas, diferentes hipóteses para o não usufruto das instituições culturais situadas na Praça: a falta de tempo, a falta de interesse e a falta de informação por parte do público. Pontuamos ainda o caráter monumental do edifício que abriga o museu, elemento que pode causar intimidação à visita dos que não compõem seu público eventual, bem como a ausência de exposições e programações culturais que dialoguem com a profissão das pessoas que circulam cotidianamente pela praça, a despeito de ser um museu dedicado ao tema do trabalho.

Visando estabelecer um maior diálogo com as pessoas que frequentam a Praça da Estação, propõe-se uma maior interlocução entre as instituições culturais oficiais situadas no conjunto urbano e os sujeitos praticantes do espaço, permitindo reconhecer várias experiências e fortalecendo a Praça da Estação enquanto um polo de múltiplas culturas e vivências. Para a realização dessa interlocução, faz-se necessário conhecer quem frequenta o local e quais usos e contra-usos fazem do espaço, bem como mobilizar a participação dos gestores dessas instituições mais efetivamente nesse diálogo. Os estudos de público, ao mobilizar um conhecimento interdisciplinar, podem fornecer diferentes contribuições para a construção de um espaço mais democrático. A aplicação desses estudos permitiria não só fortalecer a interlocução entre as instituições culturais e as pessoas que circulam e usufruem do espaço e do entorno da Praça, mas também subsidiar as políticas culturais e patrimoniais, permitindo-se compreender os sentidos e significados que a preservação desse conjunto urbano possuem para aqueles que transitam no centro de Belo Horizonte. Pensamos que os estudos voltados para os usuários da Praça e das instituições culturais do seu entorno auxiliariam também a pensar a ressonância entre a preservação e a utilização do bem patrimonial. A partir dos resultados obtidos é possível executar operações que promovam uma interlocução mais democrática entre as instituições culturais e os diferentes segmentos populacionais, detectando, por exemplo, bens que a população reconhece como relevantes e as políticas de patrimônio tradicionais não identificam.

Sugerimos como proposta de diálogo a realização de exposições e outras atividades culturais no perímetro tombado da praça, principalmente na sua esplanada, estabelecendo um diálogo inicial com os transeuntes do local. Tal ação poderá levantar discussões sobre o que é patrimônio, não a partir da lógica das políticas oficiais, mas da ótica de quem o vivencia no dia a dia e de quem também o ressignifica. Entendemos que a preservação e o uso do patrimônio arquitetônico e urbanístico, só faz sentido quando diferentes segmentos da sociedade o ressignificam e lhe conferem sentido, em contramão aos valores estabelecidos pelas políticas oficiais - valor histórico, artístico e arquitetônico.

Uma outra possibilidade de aproximação entre as instituições e os usuários da Praça pode se dar por meio do mapeamento dos ofícios contemporâneos das pessoas que circulam pelo local, aqueles que trabalharam e ainda trabalham em edifícios do Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências, como por exemplo, os metroviários e os guardas municipais, e aqueles que fazem do espaço físico da praça o seu local de trabalho, podendo-se citar os ambulantes que fazem comércio de diferentes mercadorias no local. Propomos que após esse mapeamento, o Museu de Artes e Ofícios, o Centro Cultural da UFMG, o Cine Cento e Quatro e as outras instituições culturais, poderiam realizar uma mostra cultural que dialogue com esses ofícios por meio de diferentes linguagens artísticas e culturais, promovendo uma aproximação com os elementos pertencentes à vivência e o cotidiano desses sujeitos.

Tendo como foco as questões que permeiam o Museu de Artes e Ofícios, buscamos inicialmente discutir os projetos de revitalização que se deram na Praça da Estação, empreendimento que teve como justificativa a degradação e o abandono da região, onde os “moradores em situação de rua”, ambulantes, “pivetes”, flanelinhas e pichadores eram considerados os principais agentes responsáveis pela deterioração, retirando por parte do poder público qualquer responsabilidade pela ausência de manutenção no local. Sendo a implementação do Museu de Artes e Ofícios o principal propulsor da revitalização da região considerada como “baixo centro”, as ações

desenvolvidas por parte do poder público em parceria com o capital privado buscaram promover a gentrificação do Conjunto Urbano Praça Rui Barbosa e Adjacências, inclusive por meio de várias tentativas de higienização do espaço público - diligências que foram confrontadas pelos usos e contra-usos cotidianos que ainda ocorrem no local.

Tendo em vista a ausência de diálogo de boa parte das instituições culturais que se situam no entorno da Praça com outras atividades que se dão no local, bem como com aqueles que transitam cotidianamente por ela, propomos como ação dialógica a realização de estudos que visem o mapeamento dos usos e contra usos que se dão na Praça e nos seus arredores, e do público e não público dessas instituições. Entendemos que esses estudos permitirão subsidiar ações mais democráticas e abrangentes, que dialoguem com o cotidiano dos cidadãos, elencando reflexões e problemáticas atuais e que impactem diretamente na vida das pessoas que habitam a cidade e a região metropolitana.

## Referências

ARANTES, Antônio. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. Goiânia, v. 4, n.1 p.425-435, jan./jul. 2006. In: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/362>>. Acesso em: 25/11/2018.

BELOTUR; MAO; PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Praça da Estação*. In: <<http://mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/turismo/praca-da-estacao>>. Acesso em: 27/04/2018.

IEPHA. *Guia de bens tombados IEPHA/MG* / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. – 2. ed. – Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014. 2 v. : il. ; 30,5 cm.

GARCIA, Luiz Henrique A.; RODRIGUES, Rita. L. *O Tempo, a Carne e a Pedra: Reflexões sobre o patrimônio em Belo Horizonte*. In: Regina Helena Alves da Silva; Paula Ziviani. (Org.). *Cidade e Cultura: rebatimentos no espaço público*. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, v. 1, p. 234-252.

GIFFONI, Iomara Albuquerque. *Turismo e paisagem: o caso da Praça da Estação em Belo Horizonte/MG*. In: VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 2012, Caxias do Sul. Turismo e Paisagem: relação complexa, 2012.

GONZAGA, Milene Migliano. *Diálogos públicos no centro de Belo Horizonte: mapas de sentido em comunicação urbana*. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

HOFFMAN, Felipe Eleutério. *Museus e revitalização urbana: o Museu de Artes e Ofícios e a Praça da Estação em Belo Horizonte*. Cad. Metrop., São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 537-563, nov. 2014.

LEITE, Rogério Proença. *Contra usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

MELLO, Suzy de. *Aspectos Culturais da Praça da Estação*. In: SECRETARIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS; PLAMBEL; GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Conjunto Urbano Praça da Estação de Belo Horizonte: Acervo Histórico Cultural*, Minas Gerais, 1981.

MIRANDA, André de Sousa. *A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação*. [manuscrito] / André de Sousa Miranda. – 2007.

RIVERO, Elena Lúcia. *Um espaço, várias praças: conflitos e disputas em torno da Praça da Estação*. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SANTANA, Aline Damasceno; GARCIA, Luiz Henrique Assis. *Temporalidades do patrimônio na cidade: apropriações da praça da Liberdade, praça da Estação e rua da Bahia, em Belo Horizonte*. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra)

SECRETARIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS; PLAMBEL; GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Conjunto Urbano Praça da Estação de Belo Horizonte: Acervo Histórico Cultural*. Minas Gerais, 1981.

## Artigos de Jornais

ARAGÃO, Guilherme. *Região é estratégica para o futuro de BH*. Jornal Estado de Minas. 23/08/2001, Seção: p. 27 (Caderno Gerais).

AYER, Flávia. *PBH vai rever proibição*. Jornal Estado de Minas. 31/01/2010, Seção: p. 25 (Caderno Gerais).

AYER, Flávia. *Corredor Cultural na Praça*. Jornal Estado de Minas. 14/03/2013, Seção: p. 37 (Caderno Gerais).

CALES, Carlos. *Artes e ofícios de Minas ganham museu em BH*. Jornal Hoje em Dia. 04/08/2001. Seção: p. 05 (Caderno Minas).

CARLOS, Helvécio. *Museu em Movimento*. Jornal Estado de Minas. 08/07/2002, Seção: p. 01 (Caderno Cultura).

COSTA, Roberth. *Pista de skate no Viaduto Santa Tereza será 'inaugurada à força' após descaso*. Site BHAZ. 26/01/2017. In: <<https://bhaz.com.br/2017/01/26/skatistas-obra-viaduto-santa-tereza>>. Acesso em: 25/11/2017.

CRISTIE, Ellen. *Praça dos Sonhos*. Jornal Estado de Minas. 13/11/1997, Seção: p. 36 (Caderno Gerais).

CRISTIE, Ellen. *Tombamento Preserva Estação*. Jornal Estado de Minas. 22/12/1998, Seção: p. 34 (Caderno Gerais/ Administração e Urbanismo).

DUMONT, Patrícia Santos. *Novo polo de cultura para BH*. Jornal Hoje em Dia. 11/06/2014, Seção: p. 28 (Sem Referência).

FONTANA, Mário. *Tombamento*. Jornal Estado de Minas. 16/12/2008, Seção: p.03 (Caderno Cultura)

LOPES, Carlos Herculano. *Cultura e Desenvolvimento*. Jornal Estado de Minas. 17/05/2002, Seção: p.03 (Caderno Cultura).

MELO, Luciana. *Sambódromo na Praça da Estação*. Jornal Estado de Minas. 24/07/2008, Seção: p. 22 (Caderno Gerais).

ODILLA, Fernanda. *Palco Oficial de Protestos*. Jornal Estado de Minas. 10/09/1997, Seção: p. 24 (Caderno Gerais).

ODILLA, Fernanda. *Uma nova Estação em BH*. Jornal Estado de Minas. 23/08/2001. Seção: p. 20 (Caderno Gerais).



OLIVEIRA, Cinthya. *Museu de Artes e Ofícios é inaugurado*. Jornal o Tempo. 14/12/2005, Seção: p. C8 (Caderno Magazine).

REDAÇÃO. *Rui Barbosa perde memória*. Jornal Estado de Minas. 28/03/1983, Seção: p. 34 (Caderno Cenas de BH).

REDAÇÃO. *Nossa mais importante praça está ameaçada*. Sem referência. 2/01 á 08/01/1993, Seção: p. 4 (Sem Referência).

REDAÇÃO. *IAB mostra projeto de corredor cultural*. Jornal o Tempo. 08/12/2000, Seção: p. 2 (Caderno Magazine/Minas).

REIS, Sérgio Rodrigues. *S.O.S. Memória*. Jornal Estado de Minas. 26/08/2000, Seção: p. 01 (Caderno Espetáculo).

SÉRGIO, Mário. *Cultura no coração da cidade*. Jornal Estado de Minas. 08/12/2000, Seção: p. 08 (Caderno Espetáculo/Patrimônio).